

Médicos alemães no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX: integração e conflito

German doctors in Rio Grande do Sul in the first half of the twentieth century: integration and conflict

René E. Gertz

Professor do Departamento de História/
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Av. Ipiranga, 6681
90620-260 – Porto Alegre – Brasil
gertz@pucrs.br

Recebido para publicação em setembro de 2011.
Aprovado para publicação em abril de 2012.

GERTZ, René E. Médicos alemães no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX: integração e conflito. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, jan.-mar. 2013, p.141-157.

Resumo

O grupo de imigrantes alemães que se instalou em 1824 no Rio Grande do Sul é considerado o iniciador do processo de imigração que se estendeu até a Segunda Guerra Mundial. Desse grupo, fez parte o médico Daniel Hillebrand, primeiro diretor da colônia de São Leopoldo. Nos 125 anos seguintes, outros médicos alemães (formados ou não) emigraram para o estado. Muitos tiveram papel de destaque na prática da medicina, reforçando aquilo que, no título, se denomina integração. Sua presença, no entanto, também desencadeou conflitos. O artigo analisa os processos de contribuição e enfrentamento, em especial da proclamação da República até a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul; positivismo; imigração alemã; médicos estrangeiros; conflitos étnicos.

Abstract

In 1824, a group of German immigrants settled in Rio Grande do Sul, initiating a process of immigration that continued until World War II. The physician Daniel Hillebrand, first director of the Colony of São Leopoldo, was part of this group. During the subsequent 125 years, other German doctors emigrated to the state – some graduates of medical school, others with partial studies only. Many played notable roles in the practice of medicine, reinforcing what the title calls integration. Yet their presence also generated conflicts. The article analyzes these processes of contributions and clashes, especially from the proclamation of the Republic through World War II.

Keywords: Rio Grande do Sul; positivism; German immigration; foreign physicians; ethnic conflicts.

O objetivo deste artigo é simples, pois para abordar o intercâmbio e as influências entre Brasil e Alemanha, no campo da saúde, parece óbvio que se fale, em primeiro lugar, de exemplos bem-sucedidos, do passado. Isso será feito de maneira muito resumida e pouco sistemática num momento inicial para, em seguida, lembrar que a história desse processo, no entanto, também registra contratempos, desentendimentos e conflitos. Nesse sentido, será apresentado um caso emblemático. Os tempos, muito provavelmente, mudaram, mas talvez a consciência sobre a ocorrência de problemas desse tipo, no passado, possa ter alguma utilidade para o encaminhamento adequado de relações presentes e futuras.

Apesar da não desprezível imigração alemã para os estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e mesmo Minas Gerais, não há dúvida de que as regiões em que o povoamento com alemães e descendentes é mais denso são os três estados do Sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ainda que nas estatísticas elaboradas até a Segunda Guerra Mundial, para estabelecer a participação de alemães e descendentes no conjunto da população, Santa Catarina aparecesse com o percentual mais elevado, pouco mais de 20%, o Rio Grande do Sul foi o estado com o maior número absoluto de imigrantes alemães e descendentes, ficando apenas dois ou três pontos percentuais atrás daquele estado, em termos relativos.

Esses dados podem estar bastante diferentes hoje, em razão da intensa migração interna, que faz com que mesmo estados historicamente não receptores de imigrantes apresentem grande percentual de população com sobrenome alemão. Além disso, tanto a identificação quanto as relações efetivas dessa população com o país de origem dos antepassados mudaram muito, motivo pelo qual a questão – da perspectiva de nossos dias – é muito diferente. Não é possível imaginar, atualmente, que um médico fosse viver quase cinquenta anos no interior do Rio Grande do Sul sem tentar falar português corretamente – como aconteceu com Gabriel Schlatter, na verdade austríaco, que, porém, falava alemão e atuou na ‘colônia alemã’, durante toda a primeira metade do século XX, e sobre cujas atividades serão apresentadas algumas informações, mais adiante. Efeitos indiretos e de longo prazo de comportamentos desse tipo, patrocinados por alemães, talvez ainda pudessem fazer-se sentir mesmo na atualidade, pois deram origem a mitos (sobretudo negativos) em torno da imigração alemã para o Brasil, e da população dela originária, que continuam vivos. Consciente de tudo isso, o interesse aqui centra-se no período que vai da proclamação da República, em 1889, até a Segunda Guerra Mundial, e, em termos geográficos, no Rio Grande do Sul.

O grupo de imigrantes alemães que veio, em 1824, para o Rio Grande do Sul, e é considerado o iniciador do processo de imigração para o Brasil, que se estendeu até depois da Segunda Guerra Mundial, esteve acompanhado do ‘médico’ Daniel Hillebrand, que acabou sendo o primeiro diretor da colônia de São Leopoldo, o assim chamado berço da imigração alemã no Brasil (Licht, 2005). Faltam, entretanto, estudos consistentes sobre a presença de outros médicos alemães – na ‘colônia’ ou fora dela – desde então até a proclamação da República. Como a formação profissional de médicos no Brasil era, numericamente, muito limitada, as referências à própria expressão médico dizem pouco sobre a formação dessas pessoas, pois muitas delas exerceram a profissão sem formação plena, com algum tipo de formação em áreas afins ou sem qualquer formação. Em alguns

casos, uma educação escolar mais aprimorada de certos imigrantes alemães ou mesmo alguma habilidade 'inata' os levou a exercer funções médicas, ainda que sem formação específica para tal, às vezes, aliás, em regiões do estado que nada tinham a ver com a imigração alemã.

Esse parece ter sido o caso no longínquo município de Uruguaiana, no extremo sudoeste do estado, na tríplice fronteira de Brasil, Uruguai e Argentina, em meio a uma população de origem quase exclusivamente portuguesa ou mestiça. Na última década do Império, houve ali famosa ocorrência policial envolvendo um alemão de nome Hermann Wagner, que nas fontes não é identificado como médico, mas que, em vários momentos dos relatos, aparece como tendo exercido 'funções' de médico (Fenselau, 1887).¹

Numa lista de cerca de 620 profissionais de sobrenome alemão estabelecidos em Porto Alegre, nas mais diferentes áreas de atividade, ao longo da segunda metade do século XIX, cinco são identificados como médicos, mas apenas de um deles se sabe que tinha formação completa como tal (constam ainda um dentista, dois farmacêuticos e duas parteiras). Não se sabe, obviamente, se prestavam serviços à população em geral ou só à colônia alemã da capital (Gans, 2004, p.52-72).

De qualquer forma, habilidades médicas de alemães e descendentes marcaram presença nesse estado além dos limites das regiões típicas de colonização. A presença de laboratórios farmacêuticos de sobrenome alemão vem de muito longe e, em alguns casos, seus produtos continuam até hoje aliviando o mal-estar da população. A título de exemplo, pode-se citar o Laboratório Wesp, com seus produtos muito conhecidos, como Olina (que continua a existir) e Fieberlin. E um percentual altíssimo de pessoas hoje com mais de sessenta anos terá sido medicado com unguento Springer (*Springer-Salbe*) em algum momento de sua vida, para sarar feridas.²

Essas são apenas algumas poucas indicações da presença alemã na atividade médica mais específica, e em atividades afins, na história do Rio Grande do Sul. Vamos, no entanto, diretamente aos médicos e a seus locais de atuação no período republicano, isto é, a partir de 1889. Num primeiro e brevíssimo parágrafo informaremos sobre sua integração no contexto regional e a consequente colaboração para a medicina e para o atendimento médico da população no sul do Brasil, encerrando com um caso de desentendimentos e de conflitos.

Começamos pela primeira instituição de formação universitária, a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Fundada em 1898, teve como precursores uma Faculdade de Farmácia e um curso de partos, ambos a ela incorporados. Entre os cinco fundadores da faculdade estiveram João Daudt Filho e Christiano Fischer. Este último, junto com Diogo Daudt Filho, é citado na ata de fundação da instituição, e esteve entre seus primeiros professores. Além desses e de vários outros brasileiros de sobrenome alemão que aparecem no seu corpo docente ao longo de sua história, a fundação da faculdade teve a participação de, no mínimo, um médico alemão, ainda que casualmente nascido nos Estados Unidos, Carlos Wallau (Hassen, 1998, p.30-32). Em trabalho publicado em 1918, lê-se que "existem relações entre a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e uma das mais consideradas sociedades científicas da Alemanha, a Sociedade Germânica de Cirurgia" (Gluecksmann, 1923, p.3-4). Carlos Wallau, como membro vitalício dessa sociedade alemã, constituiria um dos elos

entre a medicina alemã e a sul-rio-grandense. Esse mesmo Wallau fora figura importante no âmbito da saúde desde os primeiros tempos da implantação da República. Temos notícias de que nessa época já exercera cargo público no campo da saúde, pois em 1895 foi signatário de determinação governamental informando que a pessoa que quisesse exercer qualquer profissão atinente à área médica deveria inscrever-se no Serviço de Higiene para obter o registro, sem qualquer outra formalidade.

Aqui se refletiam os efeitos da ideologia positivista dos republicanos sul-rio-grandenses, que pretendia garantir total liberdade de exercício de qualquer profissão, sem exigência de diplomas ou títulos. Voltaremos a esse assunto, pois ele perpassa a história dos temas ligados à medicina e à saúde em todo o período que vai até a mudança histórica representada pela Revolução de 1930. Essa liberalidade, por si só, constituiu, por um lado, importante fator de facilitação da presença de médicos estrangeiros, pois não havia necessidade de revalidação de diplomas, por exemplo. Ao mesmo tempo, porém, essa situação representou relevante motivo de atritos, como mostrará o caso apresentado adiante (Weber, 1998a, 1998b, 1999).³

Obviamente, outros fatores influíram para que Wallau marcasse presença nesse meio. Há informações do período imperial sobre um 'centro clínico' organizado pelos médicos Wallau e Jorge Fayet (cuja família também era classificada como 'alemã'), que tinha como sócio Protásio Alves, importante figura do republicanismo gaúcho. Isso significa que havia convivência profissional, que já vinha de anos, com aquele médico que, como diretor da higiene, viria a exercer grande influência nas questões referentes ao campo da saúde após a instituição do regime republicano gaúcho.

Além disso, tanto Fayet quanto Wallau foram dedicados militantes do catolicismo da colônia alemã de Porto Alegre, com forte envolvimento num movimento político de cunho confessional que surgiu logo após a proclamação da República, em reação à possibilidade de radical laicização, com a proibição da ordem jesuítica, de escolas mantidas pela Igreja etc. Wallau foi também candidato a deputado constituinte estadual de 1890, pelo Partido Católico ou Partido do Centro. Com o fracasso eleitoral dessa legenda, acabou acontecendo uma aliança aparentemente contraditória entre o chefe do Partido Republicano Riograndense, Júlio de Castilhos, e os 'católicos', com a inclusão de candidatos confessionais nas chapas republicanas agnósticas e, naturalmente, também a concessão de algum espaço na esfera administrativa do estado. Essa aliança se prolongou por toda a Primeira República (Gertz, 2010). Talvez isso ajude a explicar o fato de que Wallau, mais tarde (1912-1913), tenha exercido o cargo de diretor da Faculdade de Medicina.

Se Wallau é, possivelmente, o único alemão a atuar como professor e alto administrador na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, houve – além dos já citados – outros descendentes de alemães que marcaram presença, não só em tempos mais recentes, mas também nas décadas iniciais da existência da instituição, isto é, antes de 1930. Um deles foi Frederico Falk, que não chegou a ser diretor, mas exerceu outros cargos administrativos. Quando se trata de avaliar a presença alemã – sobretudo, quando a preocupação está no grau de inserção no contexto local e regional –, o recurso aos sobrenomes, naturalmente, representa algum risco, pois, muitas vezes, não se sabe se havia motivos para que o indivíduo que se escondia por trás do sobrenome fosse identificado como alemão no contexto social em

que vivia. No caso de Falk, isso, porém, deve ter acontecido. Era filho de um pastor, militante luterano, pois foi presidente da Comunidade Evangélica Luterana de Porto Alegre durante cerca de 25 anos e também bastante ativo nas principais associações de cunho étnico alemão, características que certamente o identificavam como 'alemão'. Além de Wallau e de Falk, lecionaram na Faculdade de Medicina, antes de 1930, ainda, Alberto Goetze, Carlos Geyer, Carlos Hofmeister, Ervino João Presser. Goetze também era luterano, mas não foi possível apurar em que medida estes quatro últimos estavam envolvidos ou identificados com a colônia alemã. Um adendo curioso: desde a fundação das faculdades gaúchas, 9% dos estudantes de direito tinham sobrenome alemão, 14% dos de engenharia e 17% dos de medicina, mostrando, portanto, o interesse de parcelas significativas da população de sobrenome alemão por este último campo (Gertz, 2002, p.161-162).

Médicos alemães e a colônia alemã de Porto Alegre também se preocuparam desde, no mínimo, a década de 1880 com a fundação de um hospital; chegaram a criar o Hospital Nossa Senhora das Dores (1888), que teve como diretor médico o citado Wallau, e como auxiliares, irmãs franciscanas alemãs (católicas). Não se tratava, contudo, de empreendimento católico, pois contou com o apoio firme de tradicional organização chamada Deutscher Hilfsverein (Sociedade Alemã de Beneficência), entidade de projeção desde a década de 1850, responsável, entre outras iniciativas, pela fundação do até hoje conhecido Colégio Farroupilha, que, nas suas origens se chamava Deutsche Hilfsvereinschule – Escola da Sociedade Alemã de Beneficência (Telles, 1974). Essa entidade não era confessional, sendo muito provável que luteranos e livres-pensadores exercessem bem mais influência do que católicos. Da mesma forma, consta que o conhecido jornalista e, na época, deputado provincial Karl von Koseritz participou desse projeto – e Koseritz era tudo menos religioso. Pode-se dizer, portanto, que esse hospital foi uma tentativa que envolveu alemães e descendentes de amplo leque confessional, radicados em Porto Alegre. O empreendimento, entretanto, não se desenvolveu; cinco anos após sua fundação, foi desativado, e as irmãs franciscanas se transferiram para a Santa Casa (Jardim, 1998, p.119).

No início dos anos 1920, um médico alemão, Joseph Steidle, tornou-se presidente do Verband Deutscher Vereine (Liga de Sociedades Germânicas), de Porto Alegre –, criado em 1886 com a finalidade de congregar as principais associações culturais e recreativas da colônia alemã, a fim de representar seus interesses também diante das autoridades. Esse médico propôs a retomada do projeto de fundação de um hospital. Mesmo sendo católico, entrou em entendimento com representantes da Igreja luterana para que irmãs alemãs pudessem assumir o importante papel de auxiliares dos médicos, e mesmo o da administração do cotidiano de uma instalação hospitalar. A ideia frutificou, e em 1912 iniciou-se uma campanha para arrecadar fundos. Mesmo que na longa lista de doadores constem os nomes de algumas pessoas de sobrenome não alemão, o dinheiro veio, fundamentalmente, da colônia alemã (Das Deutsche..., 1927, p.20-30). A construção foi iniciada, mas a eclosão da Primeira Guerra Mundial levou à paralisação das obras, tanto por causa de dificuldades na obtenção de material importado quanto por causa do clima que se criou em relação à colônia alemã, sobretudo após a declaração de guerra à Alemanha, em 1917.

A fase mais aguda do clima negativo criado pela guerra só se dissipou com os festejos do centenário da imigração alemã ao Rio Grande do Sul, em 1924. Nesse contexto, foram

retomadas as atividades para refazer e concluir o hospital, com nova fase de arrecadação de recursos. A inauguração deu-se em 2 de outubro de 1927. Por essa época, Porto Alegre possuía dois hospitais militares – um do Exército (de 1906) e outro da Brigada Militar (de 1907) –, a tradicional Santa Casa de Misericórdia (1826), o Hospital da Beneficência Portuguesa (1870) e, desde 1926, o Hospital Espírita, o qual, no entanto, era especializado em psiquiatria, constituindo alternativa ou complemento ao Hospício São Pedro, ligado à Santa Casa (Weber, Serres, 2008). Com isso, o Hospital Alemão, a rigor, transformou-se no terceiro grande hospital ‘normal’ de Porto Alegre. Dados de 1943 indicam que a Santa Casa ocupava, com folga, o primeiro lugar, com seus 912 leitos, atendendo cerca de 14 mil pacientes por ano; a Beneficência Portuguesa tinha 270 leitos, com aproximadamente 2.300 atendimentos por ano. O Hospital Espírita tinha 120 leitos, tal como o Hospital Alemão – então já rebatizado Hospital Moinhos de Vento –, mas em função de sua peculiaridade de hospital psiquiátrico, o primeiro atendia apenas cerca de cem pacientes/ano, enquanto o segundo atendia 2.200 (Franco, Ramos, 1943, p.82, 85). Isso mostra a importância do novo hospital, provavelmente o mais sofisticado, já que a Santa Casa era conhecida como hospital dos pobres (todos os seus leitos estavam previstos para indigentes), com os problemas que isso acarretava, restando, para público com melhores condições financeiras, a Beneficência Portuguesa, cujos equipamentos e instalações já tinham certo uso.

Construído pela colônia alemã, o hospital contou em seu corpo clínico dos primeiros tempos, na maioria, com médicos alemães e de sobrenome alemão, e as próprias *Schwestern* (irmãs) eram luteranas alemãs. No entanto, há informações de que já nos primeiros dois anos de funcionamento, de vinte médicos citados na documentação, oito teriam sobrenomes não alemães (Torresini, 2002, p.45). Outro autor cita dez dos primeiros médicos, entre os quais oito com sobrenome alemão: Heinz Begemann, Jorge Fayet, Bruno Kuenne, Josef Steidle, Frederico Falk, Luiz Kuehl, Hugo Rottmann, Carlos Guenther, Alfeu Bicca de Medeiros, Amarílio V. Macedo (diplomado pela Universidade de Berlim, em 1917) (Telles, 1972, p.76). Os estatutos informam que “no Hospital Alemão todo médico formado e oficialmente reconhecido pode colocar e tratar seus pacientes. Qualquer paciente, sem distinção de raça, nacionalidade e confissão, pode ser internado” (Das Deutsche..., 1927, p.18).

Não há dados sobre a relação do hospital com a sociedade porto-alegrense como um todo, mas as relações com uma parte da elite devem ter sido boas. Encontramos indício nesse sentido no fato de que o deputado federal João Simplicio Alves de Carvalho, um notório ‘germanófilo’, e eterno ‘presidente eleito’ da Escola de Engenharia de Porto Alegre, obteve junto ao governo federal isenção das taxas de importação sobre o material comprado, e ainda uma subvenção em dinheiro (Telles, 1972, p.45). Indivíduos de destaque não pertencentes à colônia alemã estiveram entre os pacientes dos primeiros anos. Consta que em abril de 1929 Oswaldo Aranha esteve internado ali durante 22 dias (Telles, 1972, p.77). Alguns anos mais tarde, o primeiro interventor (governador) do estado após a decretação do Estado Novo em 1937, o general Daltro Filho, esteve internado e faleceu ali. Por outro lado, esses fatos não impediram que, durante a Segunda Guerra Mundial, a instituição tivesse de mudar seu nome para Hospital Moinhos de Vento, tendo corrido sério risco de depredação. Terminada a guerra, a situação acalmou e descendentes de alemães, a comunidade evangélica luterana e as ‘schwestinhas’ (irmãzinhas) luteranas continuam a

ocupar espaço importante na administração de um dos mais importantes hospitais de Porto Alegre.⁴

Somente uma pesquisa mais minuciosa poderia averiguar a proporção de médicos alemães presentes em Porto Alegre no final dos anos 1920, quando ocorreu o episódio conflituoso apresentado a seguir. Existem, porém, listas referentes a 1943. Além da distância cronológica de cerca de 15 anos, com as mudanças entrementes ocorridas em virtude das restrições à antiga liberdade profissional, e o próprio clima de guerra, as inferências que essas listas permitem fazer de forma alguma são definitivas, mas enquanto não se tem dados mais precisos, podem indicar tendências. Fiquemos na simples contabilização da origem étnica dos sobrenomes (com todos os problemas que esse indicador oferece: não se sabe se atrás de um sobrenome alemão se esconde um estrangeiro ou um descendente, nada se sabe sobre a identidade que assume).⁵ Consciente da precariedade dos dados, não deixa de ser interessante a constatação de que de 561 médicos arrolados, 67, 12%, portanto, possuíam sobrenomes claramente alemães (Franco, Ramos, 1943).

A transição para algumas observações sobre médicos alemães no interior do Rio Grande do Sul pode começar com o arrolamento de dados equivalentes referentes a alguns municípios interioranos. As listas de médicos de sete municípios bem típicos da chamada Campanha gaúcha, isto é, a metade sul do estado, predominantemente latifundiária, pecuarista, sem presença significativa de população de origem imigrantista, indica o total de 123, apenas cinco com sobrenome alemão, numa proporção de 4%.⁶ Mesmo em municípios com maior índice de urbanização e de presença de imigrantes alemães e descendentes, como Pelotas, Rio Grande e Santa Maria, temos 138 médicos, dos quais seis possuíam sobrenome alemão, representando também aqui apenas pouco mais de 4%. Para os nove municípios mais típicos de colonização alemã foram arrolados 95 sobrenomes, dos quais 45 eram alemães, perfazendo 46% (Franco, Ramos, 1943).⁷ Ainda que esses dados devam ser tratados com as citadas reservas, eles indicam que, com exceção da capital do estado, os médicos de sobrenome alemão tendiam a concentrar-se nos municípios de maior colonização alemã.⁸

Certamente havia vários motivos, mas um deles deve ter sido o linguístico, pois os médicos que vinham do exterior não sabiam falar português; por outro lado, muitos clientes potenciais também não dominavam – ou dominavam mal – essa língua, preferindo, por isso, um médico ‘alemão’ – a par, naturalmente, de afinidades culturais e religiosas. Até é possível imaginar outros fatores intervenientes. Como mostram estudos de Silvio Correa (2010), a medicina alemã tinha interesse em aprender com a experiência de colonização alemã mais antiga nos trópicos em função do colonialismo alemão na África – ao menos até a Primeira Guerra Mundial. Não há informações ou indícios de que alguém tenha vindo ao Rio Grande do Sul com essa missão expressa, mas, no mínimo, dois médicos alemães que tinham atuado na África se estabeleceram aqui nos primeiros anos do século XX. Ambos tiveram atuação significativa nos municípios em que se fixaram – ainda que também tenham sido responsáveis por incidentes, na época da dominação nazista na Alemanha.

Um deles foi Karl Wilhelm Schinke, que veio ao Brasil em 1895, aqui permanecendo até 1902, quando, por caminhos tortuosos, voltou à Alemanha, acabando por servir como

médico de campanha na guerra contra os hereros, na Namíbia. Voltou definitivamente ao Brasil em 1913, estabeleceu-se como primeiro médico formado em Novo Hamburgo, exercendo sua clínica até 1929, quando se aposentou, na própria localidade bem como no amplo *hinterland* da região. Sem hospital, executava cirurgias em sua casa, e ‘internava’ os operados no Hotel Pilger. A partir de 1921, seu filho Günther – formado pela Universidade de Kiel – estabeleceu-se na mesma cidade (Schinke, 2009, p.15-17; Preger, 2011, p.232-239). Seu sepultamento, em 1941, trouxe problemas graves para o pastor Wilhelm Pommer, pois o mesmo teria sido realizado de acordo com um ritual nazista (Kerber, 2008, p.96-101).

O outro é Heinz von Ortenberg, que depois de também passar pelo mesmo episódio bélico na África veio para Santa Cruz do Sul, em 1907. Não era católico – até consta que fosse maçom –, mas, como primeiro médico formado no município, aliou-se às irmãs franciscanas (católicas), dando origem ao primeiro hospital local. Nessa primeira fase, permaneceu até o início da Primeira Guerra Mundial, quando – sob o argumento de ajudar os feridos em combate, na Europa – voltou para a Alemanha, sofrendo uma série de contratemplos. Regressou em 1919 e retomou seu trabalho em toda a região do vale do rio Pardo, tornando-se figura de destaque também em outras atividades, como presidente da sociedade escolar que mantinha o conhecido Colégio Sinodal (hoje Mauá). Na década de 1930, teve algumas desavenças com militantes locais do partido nazista e, por isso, quando em 1939 viajou à Alemanha, sofreu uma série de constrangimentos por parte da Gestapo. Apesar da pressão sofrida na Alemanha, acabou sendo chamado para cuidar do deposto imperador Guilherme II, que morava na Holanda, acompanhando-o até a morte. Com o avanço da guerra, não pôde mais voltar ao Brasil e ficou na Europa até 1947, quando mais uma vez veio para cá, e retomou suas atividades em Santa Cruz, onde morreu em 1959. Apesar das idas e vindas, teve papel importante na prestação de serviços médicos na região (Telles, 1980).

Os médicos citados possuíam diploma universitário; mas há também o caso de muita importância de uma pessoa que teve apenas preparo muito rápido – cerca de meio ano – como ‘médico naturalista’, em Berlim (seu diploma referente a essa formação informa que “recebeu a nota ‘bom’ [III], na sua habilitação para o exercício do método natural de cura”), fato que o levou a autotitular-se como “prático em medicina” (Mendonça, 2002, p.63). Na verdade, era austríaco – e não alemão –, mas como sua língua usual foi o alemão, até sua morte, e como atuou exclusivamente na colônia alemã, ninguém atentava para o detalhe de sua verdadeira origem nacional. Durante sua formação, estava previsto que iria trabalhar na Índia, mas acabou vindo para o Brasil. Após passar por Lajeado e Estrela, no vale do rio Taquari, acabou estabelecendo-se em Feliz, no vale do Caí, onde, em 1909, criou um hospital que existe até hoje. Entre outras ações, fundou uma liga antialcoólica e construiu vários aparelhos utilizados em seus serviços médicos. Consta que construiu uma mesa cirúrgica de campanha que, apresentada às Forças Armadas brasileiras, teria sido aprovada e utilizada pela Força Expedicionária Brasileira na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Impossibilitado de continuar clinicando legalmente no hospital de Feliz, depois da edição das leis restritivas, a partir do início da década de 1930, foi substituído por seu filho e embrenhou-se num lugarejo chamado Poço das Antas, onde continuou atuando ‘clandestinamente’. Trata-se de Gabriel Schlatter (Mendonça, 2002, 2010).

Além do associativismo cultural e recreativo pelo qual são conhecidas as regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul, existe, no mínimo desde a virada do século XIX para o XX, forte corrente de associativismo socioeconômico ou cooperativista – que, cem anos depois, foi festejado como embrião do cooperativismo brasileiro (Schallenberger, 2009). Nesse movimento – concretamente no Bauernverein (Associação de Agricultores) –, desde o início, as questões de saúde estiveram na pauta, em especial a formação de parteiras (Rambo, 1988, p.220-222). Talvez seja essa a razão pela qual, das seis primeiras parteiras formadas no primeiro curso regular, em 1898, em Porto Alegre, quatro tivessem sobrenomes alemães, uma sobrenome italiano, e uma sobrenome português (Brandão, 1998, p.86). E foi nesse campo que Schlatter deu contribuição muito importante. Apesar de ter iniciado seus cursos que formaram muitas enfermeiras para atuar pelo interior do estado no início do século, quando a Associação de Agricultores ainda era biconfessional (católica e luterana), Schlatter vai ganhar importância, sobretudo, a partir da segunda década, quando o movimento se desfez, e os católicos criaram o Volksverein (União Popular), em cujas assembleias (*Katholikentage*) ele foi assíduo, sempre apresentando palestras sobre temas de saúde.

Esses são apenas alguns exemplos pontuais de médicos alemães – formados ou não – que tiveram papel de destaque no campo da saúde nas colônias do interior gaúcho. Um médico publicou recentemente um livro em que lembra outra leva de médicos alemães e do leste europeu vindos na onda de perseguições étnico-religiosas desencadeadas na Europa na década de 1930. Ainda que o livro não apresente muito mais do que alguns dados fornecidos pelas famílias, investigação mais aprofundada poderia detectar aí outra vertente da contribuição da medicina alemã para a saúde da população do Rio Grande do Sul – pois muitos desses médicos procuraram refazer sua vida aqui em regiões de colonização alemã (Preger, 2011).

Em resumo, não há dúvida de que houve significativa influência de médicos alemães sobre a situação da saúde no Rio Grande do Sul e a consequente contribuição alemã para o Brasil não só nos sempre lembrados campos econômico, social, cultural. Também houve situações, no entanto, em que justamente o campo médico foi motivo de confrontos. Evidentemente, não se pode fornecer aqui qualquer indicação quantitativa a respeito de conflitos. O relato que segue pretende apenas apontar para um caso, a fim de ilustrar que mecanismos e que constelações profissionais – mas também políticas – poderiam desencadear esses conflitos.

Os confrontos, com certeza, podiam ter várias origens, mas a principal delas derivava do já brevemente referido preceito constitucional republicano-positivista de que títulos e diplomas não garantiam privilégios no exercício de qualquer profissão.⁹ Esse preceito atingia todas as atividades profissionais, mas são poucas as referências, nesse particular, às áreas de engenharia e de direito, as duas em que se formavam profissionais de nível superior no Rio Grande do Sul, desde a virada do século XIX para o XX. É muito difícil encontrar documentos em que engenheiros com formação em cursos de nível superior tivessem reclamado contra chamados charlatães, isto é, pessoas que exercessem a profissão sem o devido curso. Porém algo parecido acontecia com os rúbulas, os advogados sem diploma.

Talvez houvesse poucas pessoas que se pusessem a construir prédios ou pontes sem ter a devida formação, porque corriam o risco de ser responsabilizadas pelo seu eventual desmoronamento. O desmoronamento de prédios e de pontes é relativamente raro; em contrapartida uma parte dos doentes morre, mesmo quando tratados por médicos da melhor formação. Isso significa que o exercício da função de engenheiro expunha mais o indivíduo a risco de responsabilização do que o exercício da medicina. Além disso, a iniciativa da construção de prédios e de pontes parte, normalmente, de uma elite, enquanto a busca de socorro médico provém, com muita frequência, de pessoas humildes, que recorrem a quem lhes inspire confiança e as atenda por preço acessível. Além disso – de fato ou apenas no imaginário popular –, pessoas sem formação regular em medicina, muitas vezes, executam determinados tratamentos com mais habilidade do que médicos formados. Estou pensando, concretamente, na fama dos ‘remendadores de ossos’ (conhecidos como *Knochefflicker*, nas regiões de colonização alemã) que, em muitos lugares, até hoje são preferidos aos médicos, por sua suposta ou efetiva habilidade ‘artesanal’, considerada mais eficaz do que a ação de médicos formados, com sua tecnologia pouco criativa e pouco maleável.

Independente da correção dessas conjecturas, verdade é que os médicos formados – ao contrário dos integrantes de outras profissões –, desde muito cedo, fizeram oposição cerrada à famigerada ‘liberdade profissional’ defendida pelos políticos e ideólogos do grupo que governava o Rio Grande do Sul. E um dos centros de luta contra essa liberdade foi a citada Faculdade de Medicina. Ainda que a elite médica da faculdade mantivesse bom relacionamento com os poderes públicos, a ‘liberdade profissional’ constituiu ponto de conflito latente entre as duas instâncias, até o final da década de 1920.

Em parte, também foi esse conflito latente que, em 1915, levou à criação de uma segunda escola de formação de médicos, a Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre, por grupo um tanto heterodoxo. Nele se encontravam, por exemplo, homeopatas, e, para o aspecto que aqui nos interessa, seu primeiro diretor foi um médico alemão, sem diploma reconhecido no Brasil, Ernst Wolfgang von Bassewitz. Nascido em 1868, formado pela Universidade de Rostock, chegou ao Brasil com aproximadamente 25 anos, tendo atuado, segundo suas afirmações no contexto do episódio que será relatado, como médico de campanha, na terrível Revolução Federalista, que se estendeu de 1893 a 1895.¹⁰

Esse dado é importante por mostrar sua integração direta no esquema de poder político estadual que estava sendo construído naquele momento e que dominou o estado até 1930, pois sua atuação na revolução aconteceu no lado governista. No acervo documental do presidente Borges de Medeiros, líder político estadual durante quase trinta anos, há documentos de Bassewitz, mostrando suas relações com o poder e seu envolvimento na política partidária. O simples fato de ter sido o primeiro diretor da citada escola médica – alternativa à tradicional Faculdade de Medicina – é indicador seguro de seu comprometimento com a estrutura de poder. A própria Escola Médico-Cirúrgica contava com o enfático beneplácito do governo estadual, a ponto de a atividade prática dos estudantes realizar-se junto à Brigada Militar gaúcha. Fatos do cotidiano mostram a total integração de Bassewitz também no contexto regional mais geral. Em 1903 casou com a filha de uma tradicional família local – Maria da Glória Pavão – e, quando o senador

Pinheiro Machado foi assassinado, em 1915, aparece citado na imprensa como uma das figuras de destaque presentes nas cerimônias fúnebres.¹¹

Do ponto de vista profissional, o nome de Bassewitz está ligado ao estudo da lepra. No volumoso *Tratado de leprologia*, editado pelo Serviço Nacional de Lepra (1950), seu nome é citado como entendido no assunto, e uma consulta na internet mostra que um artigo seu sobre o tema, publicado em 1927, é referido ou, no mínimo, aparece na bibliografia de escritos a respeito (Maurano, 1950, p.27; Eidt, 2004, p.86; Bassewitz, 1927, p.10-11). Tudo isso evidencia que Ernst Wolfgang von Bassewitz foi médico alemão que, entre o início da década de 1890 e 1915, estava perfeitamente integrado em sua pátria de adoção, com trânsito social, político e profissional ‘normal’ no contexto sul-rio-grandense.

Infelizmente, ainda há poucos dados sobre a trajetória de sua vida privada, pública e profissional. Se há indícios de que o quadro apresentado vale para o período indicado, não temos muitos elementos sobre sua vida, sua atuação depois de 1915. Faltam estudos sobre a história da Escola Médico-Cirúrgica, motivo pelo qual só é possível especular que talvez Bassewitz tenha deixado sua direção diante de pressões xenófobas durante a Primeira Guerra Mundial. Ainda que tenha sido ativo na Sociedade de Medicina de Porto Alegre nos anos posteriores à guerra – pois seu nome aparece em várias oportunidades nos *Arquivos Rio-Grandenses de Medicina*, que a Sociedade publicava desde 1920 –, não há informações inequívocas sobre seu envolvimento político nesse período. Em 1927, escreveu o citado artigo sobre a lepra, e, em 1928, finalmente, aparece como centro de uma intensa polêmica – que passamos a descrever. Nesse episódio, fica muito claro que ele foi homenageado e defendido pela oposição ao governo estadual. Isso indica que em algum momento entre 1915 e 1928 pode ter abandonado sua lealdade ao *status quo* político. Mostra também, entretanto, seu persistente envolvimento na arena política regional. E isso pode ter afetado – ao invés de favorecer – sua condição de médico ‘estrangeiro’, no caso, médico ‘alemão’.

A pressão contra a ‘liberdade profissional’, no Rio Grande do Sul, aumentou muito nos anos 1920. Como, porém, a elite médica estava muito ligada à elite política, procurou-se evitar confronto aberto com o governo estadual, tentando-se alcançar esse objetivo por meio da negociação. Incidentes num congresso médico no Rio Grande do Sul, em 1926, evidenciaram que se optara por evitar o debate público da questão, enquanto se negociava alguma solução com o governo, nos bastidores. Em abril de 1928, realizou-se, no interior do estado, na cidade portuária de Rio Grande, um ‘congresso municipal de saúde pública’, em cujas normas estava estabelecido que só poderiam participar médicos formados por faculdades oficiais do país ou equiparadas a estas; quanto a médicos estrangeiros, somente os convidados pela comissão organizadora poderiam tomar parte. Em relação à ‘liberdade profissional’, o texto dizia que ela poderia ser abordada, “mas sob o ponto de vista prático e não doutrinário” (Arquivos..., 1928, p.2).

Médicos estrangeiros e ‘liberdade profissional’ eram temas intimamente relacionados. Em livro publicado em 1943, para evidenciar a relação desses dois elementos, Franco e Ramos registram, em retrospectiva, o seguinte: “os viajantes diplomados de médicos, de enfermeiros, e, sobretudo, os que não tinham diploma, mal farejavam esta terra gaúcha, escreviam aos amigos do resto do mundo, chamando-os, porque aqui cada qual podia

‘fazer a América’, e voltar com a bolsa cheia, depois de tratar das pessoas sem nenhuma responsabilidade” (p.28).

Em face de tais determinações, não se esclarece como Bassewitz conseguiu inscrever não só uma, mas duas teses no referido congresso, pois, apesar de formado por uma faculdade de medicina na Alemanha, seu diploma não havia sido validado no Brasil. Também soa estranho o fato de que ele próprio não tivesse comparecido ao congresso, tendo as teses sido apresentadas por outro médico, embora expressamente em seu nome. Uma delas era, aparentemente, mais técnica, tratando do carbúnculo hepático, mas o título da outra indicava claramente tema polêmico, político-administrativo: “Cogitações sobre a necessidade da reorganização dos serviços de higiene e saúde pública no estado do Rio Grande do Sul”, conforme noticiou o *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, em sua edição de 15 de abril de 1928 (p.3). E foi essa segunda tese que desencadeou furiosa polêmica, na qual o fato de Bassewitz ser ‘estrangeiro’ teve muita importância.

O parecerista da primeira tese opinou que, apesar de o título “O carbúnculo hepático como problema sanitário a resolver no Rio Grande do Sul” sugerir uma tese propositiva, ela, na verdade, não trazia qualquer conclusão, motivo pelo qual deveria ser arquivada, proposta aprovada pelo plenário do congresso. Como não se teve acesso a essa tese, é impossível falar sobre as razões efetivas de sua rejeição.

O clima em relação a Bassewitz manifestou-se em sua plenitude na apresentação da segunda tese. O próprio autor tinha consciência de seu caráter potencialmente controverso, pois anotara nas observações preliminares do texto a que deu publicidade através do *Diário de Notícias* de 18 de abril de 1928 (p.8): “prevejo que ... provocarei polêmicas, o que estimo, pois a discussão ampla pode ser proveitosa”. As críticas à política governamental eram incisivas, quando afirmava que “a organização oficial que possuímos sob a designação eufemística de Diretoria de Higiene não corresponde já às mais restritas exigências que se pode fazer a uma instituição dessa natureza”(p.8). Não só o governo foi atacado, a própria imprensa foi chamada de venal por não denunciar as deficiências apontadas.

O parecerista dessa segunda tese saiu em defesa enfática dos responsáveis pelo órgão oficial que Bassewitz atacava, mas aqui nos interessam apenas as considerações que se referem ao fato de ele ser ‘estrangeiro’.¹² Antes de apresentá-las, convém enfatizar, mais uma vez, que, naquele momento, o médico ‘alemão’ estava, havia quase 35 anos, clinicando no Brasil, era naturalizado brasileiro, integrado na vida social, política e profissional brasileira. Mesmo assim, o parecerista se mostrou “admirado de que um estrangeiro aqui acolhido e que vive debaixo de nosso sol tenha a coragem de falar naqueles termos bastante injuriosos ao nosso brio nacionalista”, conforme o *Correio do Povo* de 13 de abril de 1928 (p.1). O médico Raul Bittencourt, por sua vez, declarou, segundo a mesma matéria jornalística, que Bassewitz devia ter sofrido “eclipse de sua mente” e esquecido seu “dever de hospedagem”, acentuando, portanto, também suas limitações decorrentes da condição de ‘estrangeiro’.

Apesar de rejeitada, a tese desencadeou intenso debate na classe médica do Rio Grande do Sul, que pôde ser acompanhado através da imprensa por longos trinta dias, quando essa própria imprensa – sob o argumento de que a situação poderia descambar para a

violência física, porque ocorreram até desafios para duelos entre médicos nela envolvidos, a favor e contra Bassewitz – decidiu parar de tratar do assunto. Esporadicamente, encontram-se notícias de efeitos do episódio até finais de julho de 1928 – assim, em 30 de julho de 1928 (p.3), a *Deutsche Post*, de São Leopoldo, noticiou que, por insistência dos estudantes, e após acerto com o diretor da Faculdade de Medicina, Sarmiento Leite, os professores Raymundo Vianna, Raul Pilla e Ney Cabral haviam retomado as aulas que haviam interrompido no auge da crise –, de forma que sua repercussão direta perdurou por, no mínimo, três meses e meio. Falta à pesquisa histórica localizar outras fontes, sobretudo de bastidores, mas aquilo que está na imprensa fornece pistas para as questões que estavam em jogo.

Na arena política estadual, vivia-se situação de transição. Borges de Medeiros já não era mais presidente do estado, tendo sido substituído por Getúlio Vargas. Ainda que Vargas tenha entrado para a história como conciliador em suas relações com a tradicional oposição do Rio Grande do Sul, os acontecimentos da sangrenta revolução de 1923 ainda estavam na memória da oposição federalista e, no momento do congresso médico do Rio Grande, havia transcorrido apenas um mês desde que essa oposição havia fundado aquele que viria a ser o famoso Partido Libertador.

Em função da escassez de informações sobre a trajetória de Bassewitz após 1915, não foi possível estabelecer quando se afastou da corrente política que dominou o estado por quase quarenta anos. Talvez isso tivesse acontecido havia pouco tempo, e, por isso, sua crítica à política sanitária governamental tenha gerado uma reação tão incisiva.

Voltemos, porém, à história mais específica do caso, para destacar outras reações que denunciaram sua condição de ‘estrangeiro’, a fim de confirmar a importância que ela assumiu nesse debate. Raul Pilla era um dos dois grandes líderes do Partido Libertador, professor da Faculdade de Medicina e responsável por uma coluna chamada “Microscópio”, no *Diário de Notícias*, ligado à oposição. Ele considerou que a crítica formulada por Bassewitz era “severa, mas justa, pelo menos em suas linhas gerais”; quanto à indignação por ter sido formulada por um ‘estrangeiro’ perguntou: “Desde quando a verdade tem pátria?” (Diário..., 14 abr. 1928, p.1). Também o professor Raymundo Gonçalves Vianna – da mesma faculdade – saiu em defesa do acusado, elogiando o “mérito intrínseco” da “clara e vibrante exposição” e da “probidade científica” que o guiariam, mais a “lealdade e [o] patriotismo” ao Brasil, que teria demonstrado na sua já longa estada no país, em que teria produzido 37 trabalhos “de indiscutível merecimento científico” (Diário..., 15 abr. 1928, p.3).

Nos dias 18 e 19 de abril, o *Diário de Notícias* publicou a íntegra do controverso trabalho. A primeira parte foi antecedida de um preâmbulo do próprio autor, destacando residir no Brasil havia 34 anos, ser brasileiro por naturalização, e, possivelmente, ter feito mais por seu estado de adoção do que “aqueles que querem negar-me o direito de criticar as falhas e os defeitos das nossas instituições sociais e políticas, invocando a razão fútil de eu não ser brasileiro nato” (Diário..., 18 abr. 1928, p.3). Lembrou que sua condição de ‘estrangeiro’ não era invocada pela primeira vez contra ele, pois, a pedido da diretoria da Sociedade de Medicina de Porto Alegre, apresentara, alguns meses antes, um relatório sobre a lepra no estado, no qual abordara o “lado político-social do assunto”, com algumas críticas às autoridades sanitárias, motivo pelo qual também fora criticado por “descabido intrometimento de um estrangeiro” (Diário..., 18 abr. 1928, p.3).

Cerca de dez dias depois da apresentação do polêmico trabalho, um dos críticos de primeira hora, Raul Bittencourt, publicou extensa carta, com aparência de ‘a pedido’, no *Diário de Notícias*, na qual voltou a fazer referências desabonadoras ao “alemão”, classificando-o de “truculento barão”, “retrógrado prussiano” e “ruivo julgador”. Considerou ser seu dever “desmascarar os histriões ... que exploram a baixa política da invectiva e injuriam o Brasil que os acolheu com fidalguia, depois de terem renegado a pátria” (Diário..., 24 abr. 1928, p.5).

Se fôssemos seguir a celeuma causada pela mencionada tese, encontraríamos muitas outras referências de fundo étnico ou nacional. Estávamos num momento de ascensão de concepções nacionalistas, de preocupações com a construção da nação brasileira. Nesse contexto, divergências técnicas, científicas, podiam descambar para confrontos irracionais, envolvendo origens nacionais. E o exemplo aqui apresentado não é isolado.

NOTAS

¹ Condenado à morte, Wagner teve sua pena comutada por dom Pedro II. Após a proclamação da República, foi libertado, aparecendo, em muitos momentos da Revolução Federalista (1893-1895), como acompanhante das tropas governistas em suas incursões pelas regiões de colonização alemã, mas ali ele costuma ser citado apenas como intérprete, e não como médico. Outros dois alemães – que haviam sido farmacêuticos em Porto Alegre – acabaram exercendo papel de médicos na mesma revolução, cada um em uma das partes em luta. João Eickhoff (1994) juntou-se à oposição ‘maragata’ na região de Taquara, e Theodor Firmbach (1995) foi legalista, na região do vale do rio Taquari. Luta entre duas facções políticas rivais, no início da República, a Revolução Federalista afetou apenas parcialmente as regiões de colonização alemã, tendo algumas sido mais assediadas pelos ‘pica-paus’ (governistas), apoiadores de Júlio de Castilhos, outras pelos maragatos, opositoristas, cuja figura maior era Gaspar Silveira Martins (Rambo, Félix, 1995).

² Algumas informações sobre a influência alemã na medicina sul-rio-grandense podem ser vistas em Correa, 2010; mas recomenda-se, sobretudo, os anais do XVIII Simpósio de Imigração e Colonização, realizado em 2008, na Unisinos, São Leopoldo (RS), sob o título *Saúde: corporeidade – educação* (Dreher, 2009). É claro que também houve médicos de outras origens étnicas, no estado (cf. Preger, 2011; Mainardi, 1996; Schwartzman, 2008).

³ Além da obra clássica de Beatriz Weber (1999) sobre medicina, religião e positivismo na Primeira República, no Rio Grande do Sul, cf. o texto mais breve e recente de Nádia Maria Weber Santos (2007).

⁴ Ainda que o Hospital seja aconfessional, um pastor luterano continua sendo o capelão oficial.

⁵ Além disso, devemos alertar que os nomes citados são de médicos formalmente reconhecidos como tais.

⁶ Trata-se dos municípios de Alegrete, Bagé, Santana do Livramento, Santiago, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana.

⁷ São os municípios de Caí, Estrela, Ijuí, Lajeado, Montenegro, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo, Taquara. Curioso é que para Ijuí não havia registro de nenhum sobrenome alemão.

⁸ No entanto, o fato de que 53% dos médicos dessas regiões tivessem sobrenomes não alemães coloca em dúvida afirmações do folclore segundo as quais médicos brasileiros, muitas vezes, estavam submetidos a charlatães alemães. Esse tipo de folclore é relatado, por exemplo, por Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor federal no Rio Grande do Sul, durante o Estado Novo: “Vinham da Alemanha pessoas com curso de enfermagem, massagistas etc., e, entre os descendentes de alemães, passavam por médicos. Como eram incompetentes, atraíam os médicos brasileiros recém-formados ou sem clientela própria para operar no lugar deles. O doente entrava na sala de operações e encontrava um alemão em quem confiava. Assistia àquela cena toda, lavagem de mão, preparação dos instrumentos, roupa especial etc. Mas depois da anestesia quem operava mesmo era o médico brasileiro, que recebia uma parcela dos honorários do falso médico alemão” (Camargo, Góes, 1981, p.274).

⁹ No artigo 71 da Constituição estadual de 1891 (Gertz, 2002, p.132), lia-se: “não são admitidos também no serviço do estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre no seu território o exercício de todas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial”; “nenhuma espécie de trabalho, indústria ou comércio poderá ser proibida pelas autoridades do estado, não sendo permitido estabelecer leis que regulamentem qualquer profissão ou que obriguem a qualquer trabalho ou indústria”.

¹⁰ Os fatos aqui apresentados não são inéditos, mas retirados de um livro publicado por mim (Gertz, 2002, p.132-145). O tema, com certeza, ainda comporta investigação mais detalhada, motivo pelo qual considerei justificável reapresentá-lo aqui.

¹¹ Duarte (2007, p.174) reproduz a imagem da capa de *A Federação*, de Porto Alegre, de 18 set. 1915.

¹² O parecer foi dado pelo médico Vicente Cardoso Espínola e está publicado no *Diário de Notícias* de 15 de abril de 1928 (p.3).

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS...

Arquivos Rio-grandenses de Medicina, Porto Alegre, ano 7, n.1, p.1-2. 1928.

BASSEWITZ, Ernst Wolfgang von.
A questão da lepra no Rio Grande do Sul.
Arquivos Rio-grandenses de Medicina, Porto Alegre, ano 6, n.1, p.10-12. 1927.

BRANDÃO, Nadja dos Santos.
Da tesoura ao bisturi: o ofício das parteiras, 1897-1967. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1998.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de.
Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1981.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza.
Germanidade e banhos medicinais nos primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.165-174, 2010.

CORREIO...

Correio do Povo, Porto Alegre, p.1, 3, 4. 13 abr. 1928.

DAS DEUTSCHE...

Das Deutsche Krankenhaus in Porto Alegre. Porto Alegre: Verband Deutscher Vereine. 1927.

DEUTSCHE POST.

Deutsche Post, São Leopoldo, p.3. 30 jul. 1928.

DIÁRIO...

Diário de Notícias, Porto Alegre, p.5. 24 abr. 1928.

DIÁRIO...

Diário de Notícias, Porto Alegre, p.8. 19 abr. 1928.

DIÁRIO...

Diário de Notícias, Porto Alegre, p.3, 8. 18 abr. 1928.

DIÁRIO...

Diário de Notícias, Porto Alegre, p.3, 4. 15 abr. 1928.

DIÁRIO...

Diário de Notícias, Porto Alegre, p.1. 14 abr. 1928.

DREHER, Martin N. et al. (Org.).
Simpósio de História da Imigração e Colonização, 18., São Leopoldo, 2008. *Anais...* São Leopoldo: Oikos. (CD-ROM). 2009.

DUARTE, Luiz Antonio Farias.
Imprensa e poder no Brasil, 1901-1915: estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

EICKHOFF, João.
O doutor maragato. Porto Alegre: Editora da Universidade. 1994.

EIDT, Letícia Maria.
Breve história da hanseníase: sua expansão do mundo para as Américas, o Brasil e o Rio Grande do Sul, e sua trajetória na saúde pública brasileira. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.13, n.2, p.76-88. 2004.

FENSELAU, Otto.

Hermann Wagner, ein unschuldig Verurtheilter im Gefängnisse zu Porto Alegre: Beiträge zur Klärung der Angelegenheit. Porto Alegre: Cäsar Reinhardt. 1887.

FIRMBACH, Theodor.

Santa Clara: o combate federalista. Porto Alegre: Nova Dimensão. 1995.

FRANCO, Álvaro; RAMOS, Sinhorinha Maria (Org.).
Panteão médico riograndense: síntese cultural e

histórica: progresso e evolução da medicina no estado do Rio Grande do Sul. São Paulo: Ramos, Franco Editores. 1943.

GANS, Magda Roswita.
Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889). Porto Alegre: EdUFRGS. (Coleção Anpuh-RS). 2004.

GERTZ, René E.
A República no Rio Grande do Sul: política, etnia e religião. *História Unisinos*, São Leopoldo, v.14, n.1, p.38-48. 2010.

GERTZ, René E.
O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EdiPUCRS. 2002.

GLUECKSMANN, G.
Notas sobre corpos estranhos no interior do organismo humano. São Leopoldo: Rotermond. 1923.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra.
Fogos de bengala nos céus de Porto Alegre: a Faculdade de Medicina faz cem anos. Porto Alegre: Tomo Editorial. 1998.

JARDIM, Rejane Barreto.
Desvelando o implícito: irmãs de caridade e parteiras na formação do saber médico em Porto Alegre, 1872-1940. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1998.

KERBER, Alessandro Mario.
Wilhelm Pommer: memória e trajetória de um pastor imigrante no sul do Brasil. São Leopoldo: Oikos. 2008.

LICHT, Otavio Augusto Boni.
Povoadores alemães do Rio Grande do Sul, 1847-1849: o recenseamento dos moradores das colônias de São Leopoldo e Mundo Novo, província de São Pedro do Rio Grande. Porto Alegre: EST Edições. 2005.

MAINARDI, Geraldo.
Médicos italianos no Rio Grande do Sul. In: De Boni, Luis Alberto (Org.). *A presença italiana no Brasil*. v.3. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli. p.380-404. 1996.

MAURANO, Flavio.
História da lepra no Brasil e sua distribuição geográfica. In: Serviço Nacional de Lepra (Org.). *Tratado de leprologia*. v.1. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Lepra. p.13-168. 1950.

MENDONÇA, Renato.
Hospital Schlatter. Porto Alegre: Edição do autor. 2010.

MENDONÇA, Renato.
O homem que enganou o tempo: Dr. Gabriel Schlatter. Porto Alegre: Gráfica Trindade. 2002.

PREGER, Claus Michael.
“Doktors”, contos de memória: médicos alemães, austríacos e húngaros no Rio Grande do Sul durante o século 20. Porto Alegre: Libretos. 2011.

RAMBO, Arthur Blásio.
O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v.23, n.62-63, p.3-276, 1988.

RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (Org.).
A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros. São Leopoldo: EdUnisinos; Porto Alegre: EdUFRGS. 1995.

SANTOS, Nádia Maria Weber.
Práticas de saúde, práticas da vida: medicina, instituições, curas e exclusão social. In: Reckziegel, Ana Luiza Setti; Axt, Gunter (Dir.). *História geral do Rio Grande do Sul*, v.3, t.2: República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos. p.101-132. 2007.

SCHALLENBERGER, Erneldo.
Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil. Cascavel: EdUnioeste. 2009.

SCHINKE, Karl Wilhelm.
Diário da África: o diário de um médico alemão na “guerra dos hotentotes”. Porto Alegre: EdiPUCRS. 2009.

SCHWARTZMAN, Leonor B.
Olhares do médico viajante: Giovanni Palombini no Rio Grande do Sul (1901-1914). Porto Alegre: EdiPUCRS. 2008.

TELLES, Leandro Silva.
Heinz von Ortenberg: médico do Kaiser e de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: Apesc. 1980.

TELLES, Leandro Silva.
Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha, 1858-1974. Porto Alegre: Associação Beneficente e Educacional de 1858. 1974.

TELLES, Leandro Silva.
Hospital Moinhos de Vento, 1912-1972. Porto Alegre: Grupograf. 1972.

TORRESINI, Elisabeth Wendhausen Rochadel (Org.).
Hospital Moinhos de Vento: 75 anos de compromisso com a vida. Porto Alegre: Hospital Moinhos de Vento. 2002.

WEBER, Beatriz Teixeira.
As artes de curar: medicina, religião e positivismo na República Rio-grandense, 1889-1928. Santa Maria: EdUFSM; Bauru: EdUSC. 1999.

WEBER, Beatriz Teixeira.
Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, n.3, p.583-601. 1998a.

WEBER, Beatriz Teixeira.
Saúde pública e governos positivistas: os limites da prática. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.24, n.1, p.131-148. 1998b.

WEBER, Beatriz Teixeira; SERRES, Juliane C. Primon (Org.).
Instituições de saúde de Porto Alegre: inventário. Porto Alegre: Ideograf. 2008.

